

**CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP**  
**PORTO DE SANTOS**  
**ATA DA 378ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às nove horas, na sala de reuniões da sede do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Santos – CAP/SANTOS, situado na Rua Augusto Severo, número sete, décimo terceiro andar, em Santos, Estado de São Paulo, realizou-se a tricentésima septuagésima oitava Reunião Plenária Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária, sob a presidência de Jean Paulo Castro e Silva. Estiveram presentes **os Representantes do Poder Público:** Jean Paulo Castro e Silva, pela SEP; CMG Ricardo Fernandes Gomes, pela Autoridade Marítima; Cleiton Alves dos Santos João Simões, pela Receita Federal do Brasil; Angelino Caputo e Oliveira e Paulino Vicente, pela Administração do Porto; Casemiro Tércio dos Reis, pelo Estado e José Eduardo Lopes, pelo Município. **Os Representantes da Classe Empresarial:** Henry Robinson e José Di Bella Filho, pelos titulares de arrendamentos de instalações portuárias no porto organizado indicados pela Associação Brasileira de Terminais Portuários – ABTP; Eliezer da Costa Giroux e José Eduardo Bechara, pelos representantes dos operadores portuários indicados pelo Sindicato dos Operadores Portuários do Porto; Martin Aron, pelos representantes dos usuários indicados pela ACS e Carlos Eduardo Bueno Magano, pela Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB, **Os Representantes dos Trabalhadores Portuários:** Rodnei Oliveira da Silva e João Carlos de Oliveira Ribeiro, pela Federação nacional da Estiva – FNE, Everandy Cirino dos Santos e Robson Apolinário, pela Federação Nacional dos Portuários – FNP. **Estiveram ausentes:** Daniel Gustavo Braz Rocha, representante do VIGIAGRO; Marco Antonio Tadeu Deniz Sanches, representante da FENCCOVID; Antônio Carlos Duarte Sepúlveda, pela Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados – ABTRA. Fica registrado que todos os Conselheiros acima citados justificaram suas ausências através de e-mails enviados à Secretaria Executiva do CAP. Relativamente ao representante da ANVISA, fica registrado que estamos no aguardo da publicação da portaria contendo a indicação dos novos representantes daquele órgão, devido à remoção do Sr. Francisco das Chagas Alexandre de Assis (Titular) e Patrícia Pereira da Silva de Freitas (Suplente) para outra unidade, não representando mais o

PVPAF-Santos neste Colegiado. Participaram ainda, como convidados, Marcio Calves e João de Andrade Marques, representantes do CAP no Conselho de Administração da CODESP, Luis Claudio Santana Montenegro, Diretor de Planejamento Estratégico e de Controle da CODESP, Antonio Passaro (BTP), Fabrizio Pierdomenico (Agência Porto Consultoria) e Carlos Alberto Benincas (Prefeitura Municipal de Cubatão). Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, tendo como Secretário Executivo, Jorge Leite dos Santos e apoio dos Técnicos Portuários Rodrigo Dias Calafate e Thiago Rodrigues Alves. Dando início aos trabalhos, o Presidente passou ao item **I – ABERTURA**, onde foi submetida aos Conselheiros a Ata da 377ª Reunião, realizada no dia 24 de fevereiro de 2015, que lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelos presentes. Na sequência, passou às **Comunicações do Presidente**, onde não havendo manifestações, passou ao Item **II – ORDEM DO DIA**: Os assuntos receberam as seguintes manifestações:

**II.01** – Relatório da 5ª Reunião da Comissão da Agenda Temática do CAP para 2015, do Grupo Planejamento, realizada no dia 25/02/2015, onde o Relator é o Conselheiro José Di Bella Filho. *O Conselho de Autoridade Portuária registra que tomou conhecimento do referido Relatório.*

**II.02** – Relatos dos membros da Comissão da Agenda Temática do CAP. *Com relação ao GRUPO DE CUSTEIO E TARIFAS, o Conselheiro Carlos Magano, informou que o Grupo está focado na busca pelo entendimento da maneira pela qual a SEP e a CODESP pretendem encaminhar o reajuste tarifário em face o atual déficit no equilíbrio financeiro e, concluindo, afirmou que a nova estrutura da Autoridade Portuária, a ser apresentada pela consultoria (DELOITTE), deverá resultar em uma revisão global do modelo tarifário, como também, deverá ser analisada em breve pelo Grupo. Em seguida, o Presidente do Colegiado ressaltou que a implantação de um novo modelo de plano de contas já está sendo realizada nas 7 (sete) Companhias Docas Federais, e, que posteriormente deverão ser expandidos para os portos delegados, buscando vincular a estrutura de custos ao modelo tarifário mais padronizado para o setor portuário, que já está sendo trabalhado pela ANTAQ, enfatizou ainda, que o referido modelo é uma solução de médio prazo e lembrou que na reunião passada o Conselheiro Angelino Caputo deixou clara a atual situação financeira da CODESP. Prosseguindo, esclareceu que a reestruturação tarifária é diferente de reajuste tarifário e salientou que para esse reajuste tarifário a forma tradicional do modelo tarifário pode ser levada em consideração. Na sequência, o Conselheiro José Di Bella, perguntou ao*

*Diretor Luis Claudio Santana Montenegro, qual é a atual política tarifária da CODESP, e, como será o enfrentamento de curto prazo programado pela Autoridade Portuária. Com a palavra, o Diretor Luis Claudio Santana Montenegro respondeu que a CODESP está enfrentando problemas financeiros, frisando não achar que a empresa deva correr riscos de não conseguir executar projetos por problemas financeiros durante a discussão de um novo modelo de política tarifária, ressaltou ainda, que esse problema necessita de uma solução de curto prazo. Continuando, esclareceu que o objetivo maior é que a empresa Deloitte entregue uma revisão da estrutura com foco na eficiência que mostre detalhadamente as funções que se espera da Autoridade Portuária baseadas no novo marco regulatório portuário, para que sejam quantificados os gastos para o exercício dessas funções a fim de estabelecer a criação de uma política de preços que consiga atender esses gastos. Em seguida, o Conselheiro Henry Robinson solicitou que o Grupo de Custeio e Tarifas participe das negociações sobre o possível reajuste tarifário e tenha conhecimento da situação financeira atual da CODESP a fim de obter previsibilidade das ações a serem adotadas. Com a palavra, o Presidente do CAP frisou que a Autoridade Portuária não está em uma situação confortável e que mesmo com um reajuste a melhora no caixa não é imediata. A seguir, o Conselheiro Eduardo Lopes indagou ao Presidente do CAP se a SEP já sabe quando e como será efetuado o aumento de tarifa. O Presidente informou que o estudo que foi aprovado pelo CAP/Santos no ano de 2012 é a base que está sendo levada em consideração para uma tomada de decisão pela SEP. Novamente com a palavra, o Conselheiro Eduardo Lopes perguntou se algum outro porto poderia interferir no processo de reajuste tarifário do Porto de Santos. O Presidente respondeu que a análise está sendo efetuada caso a caso, levando-se em consideração o contexto global. Em seguida, o Diretor Luis Claudio Santana Montenegro informou que o documento entregue à SEP pela CODESP é o mesmo que foi aprovado por este Colegiado, e, complementou informando que recentemente a SEP solicitou as projeções das receitas de despesas para os próximos anos. Por fim, o Conselheiro Eliezer Giroux solicitou que a Autoridade Portuária informe ao SOPESP, a previsibilidade de quando ocorrerá e em quanto será o aumento tarifário. Relativamente ao GRUPO QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, o Conselheiro Elieser da Costa Giroux, informou que à tramitação dos trabalhos do Grupo ficaram prejudicados devido à dedicação de praticamente 02 semanas com Máster Plan, não sendo*

possível contribuir com outros assuntos. Continuando, destacou que com relação à Fundação CENEP, os trabalhos estão prejudicados devido à postergação da nomeação do novo Presidente, informou ainda, que um trabalho foi desenvolvido pela Universidade de Santos, através do Professor Renato Kalil, elaborado com algumas fases, onde a primeira já foi concluída, porém o grupo de gestão não pode dar continuidade ao mapeamento das atividades na Fundação CENEP enquanto a decisão da nomeação do Presidente não for efetivada. Em seguida, o Conselheiro Eduardo Lopes, informou que devido ao final de mandato da diretoria, ocorrido em dezembro de 2014, a Fundação CENEP reconduziu (1) Diretor e deu posse a (2) novos Diretores, onde um foi nomeado Presidente interino para que as ações intermediárias possam ser tomadas, mas para as ações de médio e longo prazo é importante a figura do Presidente. Registra também, a boa notícia de que a Fundação CENEP recebeu um simulador de última geração, e, com isso vai possibilitar um salto de qualidade, onde eventualmente no curso da gestão do CENEP será possível fazer novas parcerias ressaltou ainda, que na presença do Ministro foi enfatizada a importância dos cursos, treinamentos e formação de toda a massa de trabalhadores. Na sequência, informou que a Fundação CENEP está praticando algumas ações para que entidades internacionais possam agregar nos novos projetos. Na sequência, o Conselheiro Elieser, relatou que o SENAI está montando uma nova estrutura para atender também a demanda de trabalhadores portuários e trabalhadores portuários avulsos, destacando o contentamento com a atenção que o SENAI está tendo com o Porto de Santos, aproveitou, para destacar a sinergia entre CENEP e SENAI, trabalhando em parceria de forma bastante positiva. Por fim, o Conselheiro Robson Apolinário, alertou que com relação à situação dos trabalhadores portuários, existe a necessidade urgente de se investir nas relações pessoais e interpessoais dos trabalhadores, sendo técnicos ou braçais, dando a eles a consciência e a valorização de seu papel na cadeia produtiva do Porto. Quanto ao GRUPO GESTÃO OPERACIONAL, o Conselheiro José Eduardo Bechara, realizou apresentação contendo diagnóstico sobre o Porto 24 horas, onde informou que através de uma pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, concluiu-se que haveria um ganho nos portos de 30% de capacidade caso o funcionamento fosse 24 horas, mas, trabalhando com dados coletados na Receita Federal, constatou-se que pós-Portaria o resultado das atividades no Porto 24 horas não foi expressivo como demonstrado pela FIRJAN. Destacou

também, que os terminais portuários já operam a 24 horas, valendo destacar o caso da Declaração de Trânsito Aduaneiro – DTA, que apesar de estar disponível nos fins de semana, não é requisitada pelos importadores nestes dias, assim sendo, os terminais sofrem com o excesso de cargas que são liberadas na segunda-feira. Por este motivo, diagnosticamos que o importador precisa querer trabalhar no final de semana, e também, no período de 24 horas, necessitando ainda, contar com a adesão das transportadoras e fábricas para que funcionem durante este período, onde terão que arcar com os custos dessa operação. Apesar disso, contando com os órgãos anuentes e terminais após Portaria de funcionamento do Porto 24 horas, observou-se uma redução para 15 dias de permanência média da carga no Porto, frisando que, 5.2 dias deste tempo corresponde a 96% da carga que já foi desembarçada, mas aguarda no recinto alfandegado devido à ineficiência do importador. Em seguida, com a palavra, o Presidente do CAP questionou se este ganho verificado foi devido apenas à distensão da carga horária de trabalho, ou, tem relação também com outros fatores como, por exemplo, o Porto Sem Papel, revisão de processos, etc. Novamente com a palavra, o Relator do tema, José Bechara, respondeu que o ganho foi devido à distensão da carga horária de trabalho, de acordo com a pesquisa da FIRJAN. Continuando, informou que a Receita Federal já possui um plantão para excepcionais 24 horas, enquanto o MAPA já aceita solicitação de vistoria via sistema eletrônico a qualquer horário, mas o atendimento deste órgão está restrito ao horário administrativo, o mesmo ocorrendo com a ANVISA. Esta situação é apontada pelos despachantes como o gargalo para a saída das mercadorias do Porto. Fica registrado, que o representante do MAPA, Daniel Gustavo Braz Rocha, mesmo ausente na reunião, após receber a minuta desta Ata, solicitou registrar, que o VIGIAGRO no Porto de Santos mantém atendimento 24 horas para fiscalização de navios e produtos a granel, horário estendido de 12 h/dia de segunda a sábado para atendimento aos terminais de contêineres e apenas o protocolo ocorre em horário comercial, ressalvado as urgências relacionadas às cargas a granel onde o plantonista (24h) está autorizado a protocolizar os requerimentos. Por fim, o Presidente do Conselho, indagou ao Conselheiro José Bechara, se o atual horário de funcionamento da Receita Federal (de 2ª a 6ª no horário comercial), vem atendendo às necessidades dos usuários, com a palavra, o Conselheiro respondeu que sim. Novamente com a palavra, o Presidente do Colegiado, perguntou se havia sido feita uma análise da

*chegada da carga pela via aquaviária. Na sequência, o Conselheiro respondeu que não havia sido feita a referida análise, mas seria realizado um trabalho visando esta questão, e, independente disto, podia afirmar que no processo da chegada das embarcações, o principal dificultador é a ANVISA. Relativamente ao GRUPO SUSTENTABILIDADE, o Conselheiro Eduardo Lopes, comunicou ao Colegiado que esta agendada para o próximo dia 06/04/2015 a primeira reunião do seu Grupo, onde serão discutidas as ações ambientais no Porto, com referência à discussão sobre o IBAMA e CETESB, com relação às atribuições que cada um deverá ter nas ações ambientais do Porto, onde, o IBAMA realizaria o licenciamento do Porto como um todo e a CESTEB o licenciamento de cada terminal individualmente. Quanto ao GRUPO INFRAESTRUTURA E INVESTIMENTOS, o Conselheiro Henry Robinson, informou ao Colegiado fato novo, que foi a iniciativa do governo referente à concessão do acesso aquaviário, evidenciando que essa discussão deve ser trazida ao CAP. No tocante a dragagem, considerou que espera sucesso no próximo contrato de Dragagem a ser realizado no próximo dia 27/03, e, explanou sobre sua preocupação quanto ao calado e o excepcional trabalho da Autoridade Portuária em mantê-lo. Em seguida, o Conselheiro José Di Bella relatou sobre as discussões sobre o Plano de Investimento para melhoria dos acessos ferroviários com a CODESP e SEP, com objetivos de melhorar a capacidade do Porto, incluindo as obras do Mergulhão e Ponta da Praia. Informando que serão investidos R\$ 700.00 milhões no porto, excetuando os investimentos do mergulhão. Relativamente ao GRUPO PLANEJAMENTO, o Conselheiro José Di Bella, comunicou ao Colegiado que na reunião realizada no dia 17/03/2015, o Grupo Temático de Planejamento estabeleceu a análise preliminar do Plano Mestre do Porto de Santos, a fim de que suas conclusões e contribuições fossem apreciadas pela Plenária e posteriormente enviadas à Autoridade Portuária. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Fabrizio Pierdomenico, representante da Agência Porto, contratado pelo SOPESP em parceria com as demais entidades (ABTP, ABTTC, ABTRA E ACS), para prestar consultoria sobre o tema, que apresentou para o Colegiado as considerações gerais sobre as propostas do Grupo Planejamento para o Master Plan apresentado pela Autoridade Portuária. Após explanação do consultor, o Conselho de Autoridade Portuária agradeceu pelas informações prestadas e registrou o acolhimento das sugestões apresentadas pelo Grupo sobre o referido tema, solicitando que o Relatório contendo as propostas seja encaminhado ao Diretor Luis Claudio Montenegro. A*

seguir, o Diretor informou que quando receber o Relatório contendo as propostas deste Colegiado sobre o Master Plan, irá se reunir com os representantes da SEP para apreciação das propostas contidas no referido Relatório. Continuando, propôs que seja realizada reunião com o Grupo Planejamento no próximo dia 31/03/2015, às 9 horas, a fim de alinhar os assuntos a serem apresentados para a SEP. Por fim, o Conselheiro Eduardo Lopes, deixa registrado a dedicação e o empenho do grupo, se mobilizando e contribuindo para que o Plano Mestre fosse o melhor possível, considerando, o espírito colaborativo muito bom, destacando ainda, que seja levado em conta as considerações levantadas pelo grupo sobre o tema.

**II.03** – Indicação dos representantes da SEP para participação nos Grupos Temáticos. O Presidente do CAP informou o nome dos indicados da SEP para participarem dos Grupos Temáticos, conforme a seguir: a) Para o Grupo de Custeio e Tarifas foi indicado o Sr. Jean Paulo Castro e Silva; b) Para o Grupo Qualificação de Recursos Humanos, foi indicada a Sra. Rita Munck; c) Para o Grupo Sustentabilidade foi indicada a Sra. Rita Munck; d) Para o Grupo Planejamento foi indicada a Sra. Mariana Pescatori; e) Para o Grupo Infraestrutura e Investimentos, foi indicado o Sr. Eduardo Nina Pinheiro Perez; e, f) Para o Grupo Gestão Operacional foi indicado o Sr. Jean Paulo Castro. A seguir, o Presidente passou ao item: **III – ASSUNTOS GERAIS**: Os assuntos receberam as seguintes manifestações: **III.01** – Carta DP-ED/40.2015, DE 25/02/2015, do Presidente da CODESP, enviada ao Superintendente da U.N. de Produção de Água da Metropolitana da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, referente a solicitação de informações sobre a Represa de Itatinga, para conhecimento. O Colegiado registra que tomou conhecimento. Na sequência, o Conselheiro Paulino Vicente ratificou que foi enviada uma carta pela Autoridade Portuária demonstrando sua preocupação com relação ao eventual reflexo no abastecimento de energia, sendo que até agora nenhuma resposta foi recebida, informou ainda, que independentemente disso há uma preocupação com a administração de água no sistema de Itatinga tendo em vista a eventual redução de oferta de energia e o eventual uso da água pela SABESP. Em seguida, o Conselheiro Henry recomendou que a CODESP faça um follow-up (avaliação) dessa situação e oficialize que não haverá problema de geração de energia no Porto de Santos. A seguir, o Conselheiro Eliezer Giroux, perguntou ao Conselheiro Paulino Vicente, em qual momento a Usina de Itatinga não conseguiu mais atender a demanda de energia do porto e como está a linha de

crescimento da dependência da energia suplementar, haja vista os novos investimentos do porto de Santos. Com a palavra, o Conselheiro informou que um trabalho deverá ser apresentado de forma mais detalhada, pois a concessão da Usina Hidrelétrica de Itatinga está em fase de renovação pela ANEEL e um planejamento integrado sobre a energia elétrica está sendo realizado podendo, inclusive, ser apresentado neste Colegiado. Por fim, o Conselheiro Henry Robinson solicitou que o referido planejamento citado pelo Conselheiro Paulino seja pautado para a próxima reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura e Investimentos. **III.02 - Informações dos componentes do CONSAD indicados pelo CAP.**

O Sr. Marcio Calves, representante do CAP no Conselho de Administração da CODESP, fez um breve relato dos itens discutidos na 477ª e 478 reuniões do CONSAD, destacando os seguintes assuntos: 1) *Relativamente aos itens constantes na Ata da reunião 477ª prestou as seguintes informações:* a) **DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO DOS BERÇOS DE ATRACAÇÃO – CONTRATO DP/55.2014.** O trem de dragagem da Great Lakes, subcontratada da Dratec Engenharia, que se encontrava finalizando os serviços de manutenção, retornou aos serviços em 07/02/2015, dragando o berço da Alamoia 4. Até o presente momento foram dragados 157.620,68 m<sup>3</sup>, correspondente a 40,73% do contrato DP/55.2014 celebrado com a empresa Dratec Engenharia, que até o momento ainda não se manifestou a respeito da carta da CODESP, sobre o interesse em prorrogar o prazo do referido contrato DP/55.2014 por mais 6 meses; b) **DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO DOS TRECHOS 2, 3 e 4 DO CANAL DE ACESSO E DOS ACESSOS AOS BERÇOS DE ATRACAÇÃO DOS TRECHOS 2, 3 e 4.** O Presidente informou ao Colegiado que já foi assinado o aditamento para a prorrogação do Contrato DP/42.2014 firmado com a empresa Van Oord por mais 6 meses; c) **DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO DO TRECHO 1 DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS.** Em 06/02/2015 foi publicado o edital do Pregão Eletrônico nº 02/2015, com previsão de apresentação das propostas comerciais das empresas interessadas em participar do certame licitatório no dia 25/02/2015; d) *Revogada, por proposta da Diretoria Executiva, consubstanciada na Decisão DIREXE nº 43.2015, de 12/02/2015, a Deliberação CONSAD nº 046.2014, de 06/10/2014, referente à aprovação do Edital e Minuta de Contrato para o processo licitatório na modalidade REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES – RDC, objetivando a contratação de empresa visando à execução de obras e serviços de recuperação estrutural do cais da Ilha Barnabé,*

pelo prazo de 12 (doze) meses, autorizado pela Decisão DIREXE nº 342.2014. Processo nº 64441/14-90; e, e) Autorizados por proposta da Diretoria-Executiva, consubstanciada na Decisão DIREXE Nº 62.2015, de 26/02/2015, o Edital e Minuta de Contrato para o processo licitatório na modalidade REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES – RDC, presencial, objetivando a contratação de empresa para a prestação de serviços de execução de obras para melhoria do sistema viário da margem direita do Porto de Santos – região do Saboó, pelo prazo de 06 (seis) meses, autorizado pela DECISÃO DIREXE Nº 474.2014, em seguida, o Sr. Marcio Calves informou ao Colegiado que o Conselheiro Paulino realizou uma apresentação no CONSAD sobre a melhoria do sistema viário da margem direita do Porto de Santos, sugerindo que a referida apresentação seja realizada neste Conselho. Com a palavra, o Conselheiro Henry Robinson, propôs que a apresentação seja realizada no Grupo Temático (Infraestrutura e Investimentos), juntamente com o tema sobre energia elétrica, para posteriormente ser apresentado à Plenária. Colocada em votação a proposta foi acolhida pelo Colegiado. 2) Relativamente aos itens constantes na Ata da reunião 478ª prestou as seguintes informações: a) Aprovado o Relatório da Administração, relativo ao exercício de 2014; b) Aprovada as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício de 2014, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa e da Nota Técnica da Auditoria Interna; c) Aprovada a proposta de aumento do Capital Social da Empresa de R\$ 1.147.794.239,65 (um bilhão, cento e quarenta e sete milhões, setecentos e noventa e quatro mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos) para R\$ 1.347.073.977,60 (um bilhão, trezentos e quarenta e sete mil, setenta e três reais e sessenta centavos) sem alteração do número de ações; d) Aprovada a proposta de manutenção, no patrimônio líquido, em reserva de retenção de lucros, o valor de R\$ 35.458.769,18 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais e dezoito centavos), relativo ao saldo remanescente da retenção de lucros do exercício de 2014; e, e) Aprovado o Orçamento de Capital Plurianual para os exercícios de 2015 a 2018. Na sequência, o Presidente passou ao item **IV – OUTROS ASSUNTOS**: onde o Conselheiro Angelino Caputo e Oliveira solicitou à Plenária que fosse homologada pelo Colegiado a indicação da Autoridade Portuária, para o cargo de Diretor Presidente da Fundação CENEP/Santos, feita através do ofício nº 008 de 2015, de 25/03/2015. Colocada em votação a solicitação do Conselheiro foi aprovada por maioria de

votos, sendo homologada, conforme parágrafos 1º e 2º do artigo 8 do Estatuto Social da Fundação Centro de Excelência Portuária – CENEP/Santos e Resolução CAP/008.2008, a indicação do Diretor Presidente, Sr. Osvaldo Freitas Vale Barbosa, para o cargo de Presidente da Fundação CENEP, indicado pela Autoridade Portuária, através do ofício DP-ED/51.2015, de 25/03/2015, e também, conforme Ofício CENEP nº 008.2015, encaminhado a esta Secretaria, para cumprir o mandato 2015/2017. Para o assunto foi emitida a Resolução CAP nº 06.2015. Continuando, o Conselheiro José Eduardo Lopes, relatou sobre a ANVISA, justificando o porquê não ter sido feito o ofício relativo ao assunto discutido na última reunião, devido o mesmo ter perdido o objeto devido à visita do Ministro da Saúde, no qual informou de forma tranquilizadora os novos parâmetros nacionais para ANVISA. Na sequência, o Conselheiro José Di Bella, enfatizou a importância da preocupação do Ministro em promover as melhorias da ANVISA no Porto de Santos. Em seguida, o Conselheiro Everandy Cirino perguntou se a CODESP está discutindo sobre a concessão do canal de acesso ao porto de Santos e se os contratos de dragagem vigentes serão prejudicados. A seguir, o Conselheiro Paulino Vicente, respondeu que os contratos vigentes de dragagem estabelecidos pela CODESP estão em conformidade com a Portaria SEP/PR Nº 4/2014, que estabelece diretrizes para a realização de obras e serviços de dragagem pelas Autoridades Portuárias, fora do âmbito do PND II, e, que a discussão do modelo de concessão dos canais de acesso aos Portos Organizados ainda está em fase inicial, sendo objeto inclusive de consulta pública a ser realizada no próximo dia 9 de abril. Novamente com a palavra, o Conselheiro Everandy Cirino enfatizou que essa alteração no controle dos canais de acesso aos Portos Organizados irá resultar em drásticas mudanças nas administrações portuárias e propôs que uma reunião sobre o tema fosse realizada antes do próximo dia 9 de abril. Em seguida, o Conselheiro Henry Robinson relatou que a ABTP tem procurado assegurar as condições de dragagem necessárias ao bom funcionamento do porto, independentemente do modelo que consiga obter tais garantias, explicou que a concessão do canal será apenas na questão relacionada à execução da dragagem e salientou que esses assuntos já estão sendo debatidos regularmente nas reuniões da Comissão para Acompanhamento da Agenda Temática do CAP. Prosseguindo, o Conselheiro Eduardo Lopes informou que a Prefeitura Municipal de Santos está recebendo dezenas de reclamações relacionadas a odor na região da Ponta da Praia e relatou que, aparentemente, um dos problemas é a queda de material na via e a fermentação. Por fim, salientou que a CETESB, e as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Assuntos Portuários de Santos estão atentas e solicitou a atenção dos órgãos de fiscalização e dos responsáveis pela limpeza. Por fim, o Presidente agradeceu a presença do Sr. Carlos

Alberto Benincasa, da Prefeitura Municipal de Cubatão, e, diante da localização daquele município dentro da zona de influência do Porto de Santos, colocou em votação a participação, em caráter permanente nas Reuniões Plenárias deste Colegiado, de um representante daquela instituição, a ser indicado pela Exma.(o) Prefeita(o) de Cubatão. Os Conselheiros presentes aprovaram a proposta unanimemente. Para o assunto foi emitida a Resolução CAP nº 05.2015. Sem outras manifestações, o Presidente passou ao item **V – ENCERRAMENTO**, fixando a data da próxima reunião ordinária para o dia 28 de abril de 2015, às 14h00min, em Santos, determinando a lavratura da presente Ata.

Jean Paulo Castro e Silva  
**PRESIDENTE**

Angelino Caputo e Oliveira  
**CONSELHEIRO**

(CMG) Ricardo Fernandes Gomes  
**CONSELHEIRO**

José Eduardo Lopes  
**CONSELHEIRO**

Cleiton Alves dos Santos João Simões  
**CONSELHEIRO**

Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho  
**CONSELHEIRO**

Martin Aron  
**CONSELHEIRO**

Henry Robinson  
**CONSELHEIRO**

Eliezer da Costa Giroux  
**CONSELHEIRO**

Rodnei Oliveira da Silva  
**CONSELHEIRO**

Everandy Cirino dos Santos  
**CONSELHEIRO**

Robson Apolinário  
**CONSELHEIRO**

Jorge Leite dos Santos  
**SECRETÁRIO EXECUTIVO**